

Campanha ***Sexismo: Repare nele. Fale dele. Acabe com ele!***

Uma boa tarde!

Felicito a **Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres** por esta segunda ação de sensibilização sobre a temática do sexismo, realizada para o público alvo de intervenção do Instituto Nacional para a Reabilitação – pessoas com deficiência, técnicos e familiares, tendo a primeira sido realizada a 26 de novembro de 2020. E congratulo-me por de novo, poder fazer a abertura desta ação, pois é um assunto que me interessa e preocupa e a que dou relevo, desde a década de 90, nas ações de formação que desenvolvo, ao referir a dupla discriminação de que as mulheres com deficiência são alvo, e por vezes até tripla...

Se bem que o sexismo possa afetar qualquer género, **afeta sobretudo mulheres e meninas**, e este tema é bem pertinente no que se refere às mulheres com deficiência, num país em que historicamente estas têm estado, na maioria das situações, à margem quer do próprio movimento de mulheres, quer do movimento associativo pelos direitos das pessoas com deficiência. Ultimamente tenho tido o privilégio de assistir a esta aproximação e à construção de um discurso feminista que evidencia a dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência e a interseccional com as mudanças de atitudes e de comportamentos atuais.

Segundo dados do INE, em Portugal, aproximadamente um milhão e novecentas mil pessoas, de idades superiores a cinco anos, vivem com

algum tipo de incapacidade. Destas, mais de metade, são mulheres. Mas apesar da sua superioridade numérica, é ainda frequentemente negligenciada uma atenção às necessidades específicas das raparigas e mulheres com deficiência.

No entanto, documentos internacionais têm chamado a atenção para as barreiras acrescidas que raparigas e mulheres com deficiência encontram no quotidiano e que criam formas múltiplas e interseccionais de discriminação... particularmente no que diz respeito a: igualdade de acesso à educação, às oportunidades económicas, à interação social e à justiça, reconhecimento perante a lei; capacidade de participação na vida política e de controle sobre as suas vidas numa variedade de contextos, como por exemplo, no que diz respeito à saúde, incluindo nos serviços de saúde sexual e reprodutiva, ou na escolha do local e residência e onde e com quem querem viver.

O movimento das pessoas com deficiência em Portugal é recente, ou seja, o movimento de pessoas com deficiência liderado por pessoas com deficiência na defesa dos seus direitos, diria, tem-se construído nas últimas quatro décadas, e mais recentemente com a crescente politização da deficiência decorrente do movimento dos “Deficientes Indignados”.

Se bem que as **primeiras organizações de pessoas com deficiência datem de 1920 e 1930**, nomeadamente as organizações criadas por pessoas cegas e surdas, e centradas em intervenções para a prática desportiva e/ou espaços de convívio, a que se juntaram pelos anos 50, um novo conjunto de organizações, de cariz voluntário, centrado em incapacidades específicas e dinamizado por pais de crianças com deficiência ou profissionais, **só em 1972 surge a primeira organização de pessoas com deficiência abrangendo diferentes**

tipologias - a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). E foi a APD que organizou o primeiro Encontro de Deficientes (designação à época... hoje a designação correta é “pessoas com deficiência”), em 1978 e o primeiro Congresso Nacional de Deficientes em 1980.

E é também no seio da APD que surgem preocupações com a questão de género, sendo da autoria de **Maria Odete Cara D’Anjo**, na altura, elemento da direção da APD, o artigo “Mulher - Ser Humano mais explorado na sociedade capitalista”, no jornal Associação em 1979. Em 30 de março de 1994 realiza-se o colóquio “**A mulher e a deficiência**”, pelo Grupo de Mulheres Deficientes, criado na APD em 1993, que mais tarde em 1996 organiza o 1º Encontro Nacional de Mulheres, de que resultou a criação da Comissão Nacional de Mulheres e Delegadas da APD para as diferentes regiões do país.

Neste contexto, gostaria também de referir a **presença de várias mulheres no movimento associativo**, com destaque para a Dra. Maria João Allen de Vasconcelos, 1ª Secretária Nacional do SNR (então Secretariado Nacional de Reabilitação), hoje Instituto Nacional para a Reabilitação, INR, I.P., criado em agosto de 1977, e que foi o primeiro organismo com estas características no Mundo, constituindo-se como uma referência. A Dra. Maria João Allen de Vasconcelos apoiou os primeiros estudos científicos em Portugal nesta área e a sua influência teve impacto nacional e internacional, devendo-se a si as primeiras medidas legislativas em 1981/83. Toda a dinâmica que o SNR teve em anos subsequentes, foi impulsionada pelas medidas tomadas na sua gestão.

Aproveito esta oportunidade para **rapidamente realçar algumas Mulheres que no movimento associativo se distinguiram**, mas na sua qualidade de “mães” de crianças com deficiência, pelo que

relembro, por exemplo, a Comendadora Julieta Sanches, a Dr.^a Alice Mello Tavares da APPACDDM de Lisboa..., Dr.^a Élia Gonçalves da Cerci de Lisboa, e mais recentemente as Mães da Contramão – Associação e as Mães da Associação Bengala Mágica.

No realce para as Mulheres com deficiência, ativistas dos direitos das pessoas com deficiência e com particular intervenção no apoio e aconselhamento a outras mulheres com deficiência, destacaria a Dra. Celeste Costa da CNAD (Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes). Não posso deixar de referir também a Dra. Manuela Ralha, a Arquiteta Lia Ferreira, a Dra. Patrícia Santos, a Dra. Sandra Cação e tantas outras que contribuem para dar relevância à defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, sobretudo desde 2017, o Instituto Nacional para a Reabilitação tem vindo a desenvolver um trabalho com a UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta, de reflexão sobre as questões emergentes relacionadas com as mulheres com deficiência, tendo em consideração as suas especificidades e os desafios de inclusão e de felicidade que quotidianamente enfrentam.

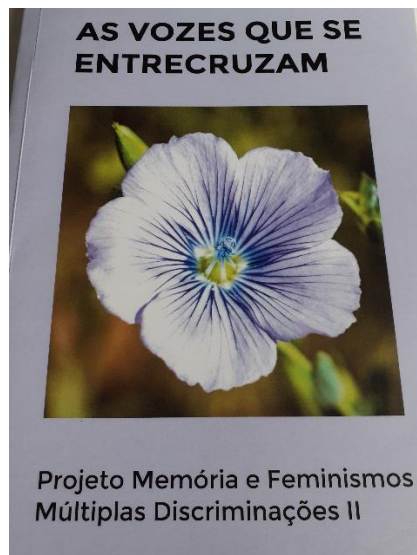
Em 2017 e 2019, desenvolvemos 3 ações de formação no âmbito da Prevenção e Combate à Violência Doméstica, para pessoas cegas e pessoas surdas, por serem pessoas mais vulneráveis, até tendo em conta as limitações de acesso à informação e comunicação. Assi, realizámos:

- uma ação de formação sobre Prevenção da Violência Doméstica a pessoas com deficiência visual, que abrangeu 18 pessoas cegas e com baixa visão, e se realizou no auditório do INR a 6 de maio de 2017, envolvendo formandos de 5 associações,

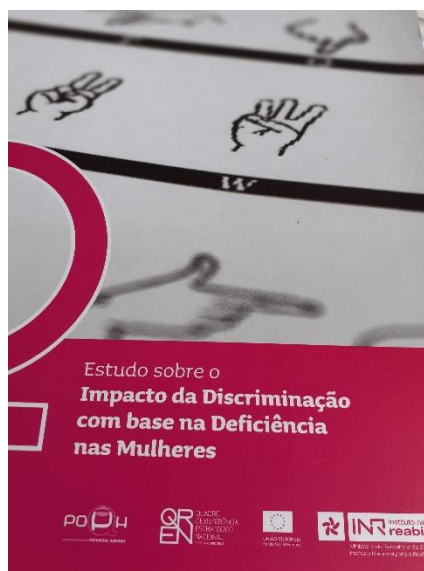
- uma ação de formação sobre Prevenção da Violência Doméstica a pessoas com deficiência auditiva, que abrangeu 24 pessoas surdas, e se realizou na Associação Portuguesa de Surdos, no Lumiar, a 5 de julho de 2017.
- e em 2019, uma ação de formação sobre Prevenção da Violência Doméstica a pessoas com deficiência auditiva (com o dobro de horas das ações anteriores), que abrangeu 20 pessoas surdas e 5 técnicos, e se realizou no auditório do INR, em que além da UMAR também participou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, APAV.

Em 2019, o desafio de trabalho com a UMAR, centrou-se na **vivência de ser mulher com deficiência**, tendo o Instituto Nacional para a Reabilitação participado na organização de uma **Tertúlia realizada no dia 11 de maio de 2019**, onde houve ocasião de entender a vivência de uma mulher com paralisia cerebral – Susana Pinto, de uma mulher surda – Patrícia Carmo e de uma mulher com lesão medular, adquirida por acidente de viação – Manuela Ralha, que ainda apresentou uma abordagem mais generalista sobre as mulheres com deficiência.

O Instituto Nacional para a Reabilitação participou também, no **Seminário Final do Projeto Memórias e Feminismos, Múltiplas Discriminações II - Vozes que se entrecruzam**, e cujas intervenções foram publicadas numa edição da UMAR.



No âmbito desta breve intervenção, é também de referir o **estudo desenvolvido em 2010 pelo INR**, sobre o ***Impacto da Discriminação com base na Deficiência nas Mulheres***, que se encontra disponível no site <http://www.inr.pt/content/1/1052/apresentacao-do-estudo-sobre-impacto-da-discriminacao-com-base-na-deficiencia-nas-mulheres/>



que revelou que a intensidade das discriminações depende muito do tipo e do grau de deficiência, sendo a deficiência intelectual referida como estando associada a situações mais preocupantes ao nível da violência doméstica e/ou perpetrada em instituições e a uma maior

exposição a abusos, incluindo os sexuais. À altura residiam em Portugal cerca de 290 mil mulheres com deficiência que correspondiam a 2,9% da população total, a 5,7% da população feminina e a 47,3€% da população com deficiência.

É ainda de referir o relatório do “Gender Equality Index 2017”, que mostra como a situação das mulheres com deficiência tem registado progressos lentos - <https://eige.europa.eu/gender-equality-index>

Em todas a dimensões avaliadas revelaram-se desvantagens, não só **em comparação com as mulheres sem deficiência, mas também com os homens com deficiência**. Os dados comparam Portugal com a União Europeia, em várias dimensões, nomeadamente:

- no acesso ao ensino superior
- no mercado de trabalho
- no rendimento mensal comparativamente aos homens
- na auto-percepção relativa ao estado de saúde
- nas tarefas domésticas
- e relativamente ao tempo para práticas desportivas, culturais e de lazer, fora de casa

De relevar também neste âmbito, o estudo realizado pela **Dra. Paula Campos Pinto**, estudo nacional que evidencia que **“uma em cada duas mulheres com deficiência é vítima de violência de género, incluindo abusos sexuais”**. Em 31 mulheres e raparigas com deficiência com idades a partir dos 12 anos, foram identificados 16 casos de incidência de violência - casos de violência física, psicológica e abusos sexuais e “tudo o que possa causar danos e sofrimento” -

<http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/mediateca/imprensa/item/152-violencia-e-deficiencia-noticia>

É também de referir que a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas**

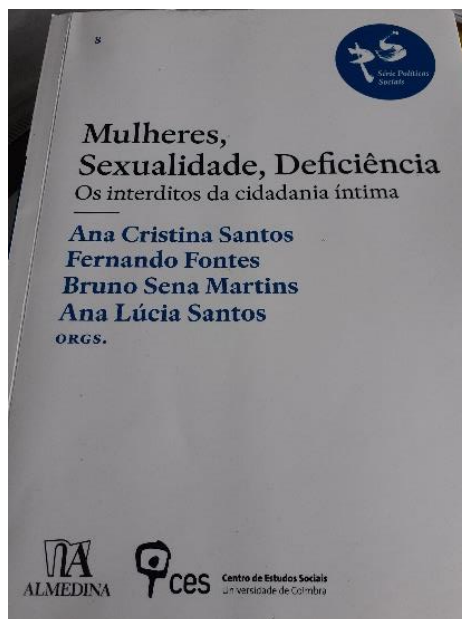


assinada e ratificada por Portugal, em 2009, e para quem trabalha nesta área um documento de referência, reconhece no seu **artigo 6º - Mulheres com deficiência**, que as mulheres e raparigas com deficiência estão sujeitas a discriminações múltiplas e, a este respeito, devem ser tomadas medidas para lhes assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Também é de assinalar que **o objetivo 5, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** refere a necessidade de alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas

Neste contexto, urge consolidar uma cultura de respeito pelos direitos humanos das mulheres com deficiência.

Aproveito esta oportunidade para também referir o livro, editado em 2019 – **Mulheres, Sexualidade, Deficiência, Os interditos da cidadania íntima**, do Centro de Estudos Sociais da Univ. de Coimbra,



que entre outros artigos, tem um artigo de Rosemarie Garland-Thompson, “Reconfigurar, repensar, redefinir: estudos feministas da deficiência”, muito interessante e que termina assim: “Tal como o género, a raça e a sexualidade, entender como a deficiência funciona é entender o que é ser totalmente humano”.

Nesta dinâmica, a aproximação a este projeto e ***Campanha Sexismo: Repare nele. Fale dele. Acabe com ele!***

vai seguramente contribuir para uma maior visibilidade destas questões da inclusão, dignidade e participação das meninas e mulheres com deficiência.

Por último e não menos importante, chamo a atenção para o nosso lema, agora adaptando a este contexto – Nada sobre as Mulheres com Deficiência, sem a sua informação, consulta, audição e participação permanentes.

Muito grata pela vossa atenção e em nome do INR agradeço a realização esta ação de sensibilização e faço votos de um desenvolvimento frutuoso e de uma partilha enriquecedora de conhecimento e de experiências.

Para mais informações, sugiro uma visita ao portal do INR – www.inr.pt

M Helena Alves, UIFD – Instituto Nacional para a Reabilitação

16 fevereiro 2021